

O movimento estudantil contra a ditadura militar: a rede de solidariedade

The student movement against military dictatorship: the network of solidarity

Devyson Carvalho Duarte Pereira¹
Universidade Federal Fluminense – UFF
Niterói, RJ, 24.230-360, Brasil

Claudia Maria Costa Alves de Oliveira²
Universidade Federal Fluminense – UFF
Niterói, RJ, 24.322-000, Brasil

Resumo: O movimento estudantil teve um importante papel no cenário brasileiro entre 1964 e 1979, pois representou um significativo foco de resistência contra as arbitrariedades cometidas pela ditadura civil-militar, tanto nos âmbitos político e social, quanto no âmbito educacional. Uma face bastante relevante desse movimento foi a atuação dos DCEs (Diretórios Centrais dos Estudantes) e CAs (Centros Acadêmicos) de universidades públicas localizadas em diversos estados. Partindo de um acervo documental sobre o DCE da Universidade Federal Fluminense (Niterói-RJ), cujo nome (Fernando Santa Cruz) homenageia um aluno desaparecido e morto pela Ditadura, foi possível identificar a existência de uma grande e silenciosa rede de solidariedade e de troca (de experiências, informações e ajuda) entre esses órgãos de representação estudantil (DCEs e CAs), revelando um valioso e até então desconhecido inimigo do regime militar.

Palavras-chave: ditadura militar; universidade; rede estudantil.

Abstract: The student movement played an important role in the Brazilian scenario between 1964 and 1979 as it represented a significant focus of resistance against the arbitrariness committed by the civil-military dictatorship, both in the political and social spheres, and in the educational sphere. A very relevant facet of this movement was the work of the DCEs (Central Student Directories) and CAs (Academic Centers) of

¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006), Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008), Habilitação em Sociologia e Filosofia, pós-graduação em História do Brasil Pós-1930 - UFF (2009), mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2011) e doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2022). Atuou, e ainda atua, como professor de história, filosofia, sociologia e educação em diversas instituições de renome no cenário educacional, tais como: Universidade Federal Fluminense, Universidade Castelo Branco, Universidade de Vassouras, Curso e Colégio Pensi, dentre outros. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3500-0110>. E-mail: devysonpereira@gmail.com.

² Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF. Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1982), mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1990) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2000). Foi presidente da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) na gestão 2007-2009 e coordenadora do GT História da Educação da ANPEd, no período 2015-2017. Coordena o Grupo de Pesquisa História Social da Educação. Pesquisa, com maior ênfase, a relação entre intelectuais e educação, em uma perspectiva histórica, que se desdobra em temas como intelectuais militares e processos de escolarização, história do ensino secundário, historiografia da educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7172-5568>. E-mail: cmcalves@yahoo.com.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 199-221, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263817>

public universities located in different states. From a documentary collection about the DCE of the Fluminense Federal University (Niterói-RJ), whose name (Fernando Santa Cruz) pays homage to a student who disappeared and was killed by the Dictatorship, it was possible to identify the existence of a large and silent network of solidarity and exchange (of experiences, information and help) between these student representation bodies (DCEs and CAs), revealing a valuable and hitherto unknown enemy of the military regime.

Keywords: military dictatorship; university; students network.

1. Introdução

O período histórico de 1964 a 1979 foi caracterizado por um impactante conjunto de transformações na universidade brasileira, implementadas sob forte autoritarismo (Cunha, 2007; Motta, 2014). Tratou-se de um processo cuja relevância já se justificaria pelo seu tamanho, tanto pela quantidade de universidades, medidas, mudanças, pessoas, disputas e verbas, quanto pelas suas consequências pragmáticas e simbólicas. Neste sentido, podemos considerar que as atuais universidades brasileiras, no formato como as conhecemos, ganharam consistência – adaptando-se às mudanças impostas pela ditadura – principalmente ao longo da década de 1970. Por esse motivo, constituem-se, não apenas como testemunhas, mas, sobretudo, parte da estrutura das transformações que marcaram o período em questão. Tornaram-se espaços privilegiados para a compreensão da história da educação ao longo dos governos ditatoriais, onde era possível presenciar uma das principais marcas das ditaduras: a repressão, a qual poderia se dar tanto na forma legal – a partir de práticas institucionalizadas e constitucionalmente reconhecidas – quanto ilegal – tais como torturas, prisões, perseguições etc. (Teles, 2020)

Nesses momentos de exceção, CAs (Centros Acadêmicos) e DCEs (Diretórios Centrais dos Estudantes) assumiram uma importância bastante significativa. Em muitos casos, de forma involuntária, mas inevitável, tornaram-se, ao mesmo tempo, os primeiros espaços de proteção dos estudantes, assim como os primeiros alvos de perseguição do Estado ditatorial (Sanfelice, 1986). No entanto, tomando os Centros e Diretórios Acadêmicos da Universidade Federal Fluminense em atividade naquele momento como exemplos empíricos e substanciais, percebemos que essas entidades – considerando os materiais e ações por elas produzidos –, significaram muito mais do



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 199-221, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263817>

que espaços de acolhimento e guarida dos universitários, na medida em que desafiavam e se chocavam frontalmente com o ambiente repressivo e controlado no qual se encontravam.

Os documentos encontrados no acervo do DCE da UFF, que não se limitam apenas aos produzidos por essa universidade, mas sobretudo por muitas outras³, nos permitem compreender as formas como os Centros Acadêmicos atuaram na defesa dos estudantes no período da ditadura militar. Considerando o número de faculdades, a constância com que os documentos chegavam ao Diretório Central (abrangendo todo o período ditatorial brasileiro) e o conteúdo desse material, podemos concluir que a UFF fez parte da maior rede de comunicação de estudantes do país em plena ditadura, abrangendo grande parte do território nacional.

2. A grande rede

Uma das maneiras de se compreender a importância dessa rede seria a partir do seu tamanho, ou seja, buscando-se uma ideia quantitativa mais detalhada acerca das origens de todo o material recebido pelo DCE fluminense ao longo dos “anos de chumbo”. Em se tratando de números, o Diretório da UFF preservou documentos de universidades de dez estados brasileiros, não incluindo as do Rio de Janeiro. Em ordem decrescente, considerando a quantidade de correspondências recebidas, aparecem faculdades e universidades pertencentes aos seguintes estados: em primeiro lugar São Paulo, seguido de Minas Gerais, Rio de Janeiro (juntamente com o estado da Guanabara), Distrito Federal, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Acre, Goiás e Santa Catarina respectivamente. É importante ressaltar o fato de que o número de faculdades era superior ao de estados, uma vez que o DCE da UFF se correspondia, em alguns casos, com mais de uma universidade por unidade da federação. Também consideramos que pode ter ocorrido perdas nesse acervo, apesar de bem conservado. Ao todo, foram identificadas vinte e uma instituições estudantis ligadas ao ensino superior, espalhadas, como já mencionado, por grande parte do território nacional.

Apresentando a maior quantidade de material encontrado, as faculdades de São Paulo foram responsáveis pelo envio de trinta e cinco por cento do total de documentos externos (considerando

³ Foi constatado que mais de um terço havia sido produzido por Diretórios Acadêmicos de outras universidades do Estado do Rio de Janeiro e de muitas outras espalhadas entre mais de dez estados da federação.



o que foi localizado no acervo), em um período que vai de 1970 até o ano de 1980. Reunindo mais de dois terços dos remetentes, a Universidade de São Paulo (USP) foi a que apresentou o maior número de envios com origem nesse estado – através do seu DCE e de inúmeras faculdades, todas representadas por seus respectivos Centros e Diretórios acadêmicos. Já com uma quantidade menor de documentos enviados, porém ainda bastante significativa, aparecem a Universidade de Campinas (UNICAMP), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e o Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA), localizado na cidade de São José dos Campos.

Em seguida, aparece o estado de Minas Gerais com mais de vinte e cinco por cento dos materiais externos encontrados. Diferentemente dos de São Paulo, a maioria dos documentos são quase todos datados da primeira metade da década de 1970, com pouquíssimas exceções. Já em relação a origem, quase noventa e cinco por cento são originários da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O restante havia saído da Universidade Federal do Ouro Preto, localizada no interior do Estado.

Coincidentemente, com quase a mesma quantidade de documentos que o estado de Minas Gerais, as faculdades do Rio de Janeiro foram as responsáveis por mais de vinte e cinco por cento do total de materiais enviados e encontrados no acervo do DCE da UFF. Entretanto, como fator de diferença, as entidades estudantis envolvidas não estavam concentradas, basicamente, em apenas uma universidade. No caso do estado do Rio (incluindo-se o antigo estado da Guanabara) duas universidades se destacam como as mais presentes. São elas: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). A Universidade Católica de Petrópolis e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) também aparecem, mas em uma quantidade quase irrelevante, considerando-se o total de documentos analisados. Também aqui, os mesmos foram, em sua totalidade, e sem exceção, produzidos na década de 1970.

Marcando a origem de mais de oitenta e cinco por cento dos documentos externos encontrados no DCE da UFF, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro concentraram a grande maioria das instituições estudantis com as quais o movimento de estudantes da Federal Fluminense manteve estreito contato. Em relação aos demais estados, todos os documentos tinham como origem apenas a universidade federal correspondente: no Distrito Federal, a Universidade de Brasília (UnB); na Bahia, a Universidade Federal da Bahia (UFBA); no Rio Grande do Sul, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); no Paraná, a Universidade Federal do Paraná (UFPR); no Espírito



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 199-221, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263817>

Santo, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); no Acre, a Universidade Federal do Acre (UFAC); em Goiás, a Universidade Federal de Goiás (UFGO); e em Santa Catarina, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Essa era a rede de comunicação da qual o DCE da UFF fazia parte: legal e, ao mesmo tempo, de resistência, dotada de movimentos visíveis, mas não facilmente decifráveis. A legalidade era conferida pelo uso, por parte dos DCEs, dos canais oficiais do próprio Estado para se corresponderem. Ao mesmo tempo, a resistência construía-se por aquilo que era trocado nesses canais, conteúdos que somente adquiriam forma e sentido quando ligados a contextos e significados específicos, caso contrário, isolados, tinham suas intenções diminuídas, ou até mesmo invisibilizadas.

O conceito ampliado de Estado, que pode ser compreendido a partir das reflexões de Antonio Gramsci (2002), permite-nos analisar a organização dos estudantes como parte da sociedade civil, atuando por dentro das agências estatais. O conflito integra a ação sócio-histórica na qual grupos organizados, representando interesses de parcelas da sociedade, mesmo subalternizados pelo poder dominante, resistem.

3. Solidariedade, troca, resistência e método

A compreensão da importância e do impacto da maior rede de comunicação do movimento estudantil brasileiro (da qual o DCE da UFF fazia parte), construída por inúmeros DCEs, CAs e DAs espalhados pelo Brasil em plena ditadura, depende diretamente do entendimento acerca dos conteúdos que nela transitavam, acabando por se tornar a sua principal condição.

A partir da quantidade de materiais encontrados, a pesquisa optou por fazer explicações e exposições mais globais acerca dos conteúdos analisados. Tal escolha se deu por conta daquilo que os próprios documentos revelavam, ou seja, conteúdos que tratavam, na grande maioria das vezes, de temáticas muito parecidas, e que, conseqüentemente, acabavam imprimindo críticas também muito próximas e lutas que buscavam as mesmas demandas. Neste sentido, não se mostrou necessário uma exposição mais individualizada dos documentos, ao passo que se permitiu uma apresentação mais diversificada desse material, possibilitando uma visualização mais pragmática dessa grande rede de DCEs.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 199-221, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263817>

Os conteúdos analisados evidenciaram a existência de um padrão em relação ao que era enviado, ou seja, assuntos específicos que se relacionavam diretamente com a luta política dos estudantes e contra as medidas autoritárias do governo ditatorial, tais como: mudanças nos regimentos internos das universidades, aumento das medidas de repressão, comportamentos dos órgãos de vigilância e informação, desdobramentos causados pela criação de novos decretos etc. Dessa maneira, pôde-se constatar a existência não apenas de intenções, mas, sobretudo, de objetivos específicos, desnudando o verdadeiro propósito dos movimentos estudantis envolvidos, em relação a criação e manutenção dessa rede de comunicação entre as entidades estudantis naquele período; além de revelar uma engenhosa (e de difícil percepção) estratégia de resistência às medidas autoritárias que vinham do regime de exceção.

Em se tratando de movimentos e estratégias alternativas de luta e resistência por parte de grupos sociais presentes nas universidades brasileiras nos tempos da Ditadura Militar no Brasil, podemos destacar o livro do professor Rodrigo Patto Sá Motta, *As Universidades e o Regime Militar* (2014). Essa obra representa uma importantíssima contribuição para a historiografia acerca do período, na medida em que possibilita um olhar diferenciado em relação as disputas de poder que se deram no interior daquelas instituições. Segundo Motta, as universidades podem ser encaradas como espaços que testemunharam um número bastante significativo de mudanças e disputas cujas dinâmicas e explicações não eram tão facilmente compreendidas - uma vez que tais ações se constituíam, na verdade, como o resultado de inúmeras negociações, arranjos, acomodações e adesões (veladas), e que também contavam com formas não convencionais de luta, tendo nos estudantes a sua maior expressão. Segundo o autor:

Quanto aos atos de resistência ao autoritarismo, reiterando que a abordagem se restringe aos espaços e instituições universitárias – excluindo-se as atividades de organizações clandestinas e revolucionárias -, a primeira constatação é de que os estudantes foram os principais protagonistas. [...] Seja como for, os universitários estiveram na linha de frente da luta contra o Estado autoritário, e por isso receberam a maior carga de repressão. Atos de resistência começaram no próprio momento do golpe, quando estudantes lideraram protestos em algumas universidades e mesmo em espaços públicos, e continuaram a acontecer pelos anos seguintes.⁴

⁴ Motta, Rodrigo P. Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 304.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 199-221, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263817>

A grande maioria dos envios de documentos ao DCE da UFF ocorreram ao longo da década de 1970, correspondendo a 98% do total. Desse montante, 92% das correspondências tratavam de assuntos políticos, que iam desde críticas ao governo até denúncias de violência contra estudantes. Os 8% restantes tratavam de assuntos como festividades e eventos ou de assuntos internos sem vinculação política direta. Neste sentido, é possível perceber o grau de relevância que certos assuntos tinham para essas entidades estudantis, a partir dos graus de incidência e de proporcionalidade que cada tema apresentava no universo de documentos do acervo do DCE.

Em primeiro lugar, foram identificadas as denúncias de violências, mortes e prisões de estudantes e professores. Esse tema, menos por coincidência e mais por necessidade, também figurava dentre os mais presentes nos materiais produzidas pelo DCE Fernando Santa Cruz.

A USP foi uma das universidades, cujos DCE, Centros e Diretórios Acadêmicos mais se comunicavam com o DCE da Federal Fluminense. Dentre eles, podemos destacar o CA de Ciências Exatas, o CAASO (Centro Acadêmico Armando de Salles) que, como um dos mais antigos da Universidade (fundado ainda em 1953), e localizado no Campus da cidade de São Carlos, era uma entidade bastante ativa na produção de críticas ao regime, recorrendo, a partir do material pesquisado, principalmente, a jornais.

Em abril de 1975, em um dos períodos de maior violência institucional, foi publicado um manifesto, pelo CAASO, cujo ponto principal girava em torno das críticas às medidas autoritárias do regime ditatorial. Além de fazer uma ampla análise conjuntural das principais arbitrariedades sofridas por diversos grupos profissionais (como professores e jornalistas, por exemplo), o manifesto ainda trazia um conjunto de denúncias relacionadas a eventos contra alunos, ocorridos em universidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e, também, no estado de São Paulo, contrapondo-se ao discurso oficial, de retorno gradual à democracia, e evidenciando a existência de uma rede voltada para a proteção mútua das entidades envolvidas. Naquela conjuntura, o documento conclamava a classe acadêmica para que:

Façam ainda uma breve incursão pelo panorama da Universidade Brasileira, nessa atual fase de “aberturas democráticas”, “liberdade de pensamento”, retorno gradual ao ESTADO DE DIREITO (ah! o verdadeiro sentido dessa palavra) etc., et... Do que podemos constatar por todo esse Brasil, vão aqui alguns exemplos:

* na PUC do Rio de Janeiro, os diretores do Diretório Acadêmico da Engenharia foram suspensos das atividades escolares por promoverem uma chopada na recepção dos calouros-75;



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 199-221, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263817>

- * na mesma PUC os estudantes protestaram, com a presença de policiais que queriam se fazer passar por repórteres, contra o aumento das refeições de Cr\$ 4,00 para Cr\$ 8,50 no Restaurante do Campus, e no dia seguinte o refeitório foi fechado;
- * na Universidade Federal do Rio de Janeiro, os representantes dos alunos junto à diretoria da Faculdade de Economia foram suspensos ao protestarem contra a baixa qualidade do ensino na escola;
- * ainda na UFRJ, todos os diretórios acadêmicos permanecem fechados, apesar das promessas da reabertura (inclusive do Ministro Ney Braga);
- * em Minas Gerais, os diretores do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais foram intimados pela Polícia Federal para esclarecimento acerca da recepção dos calouros;
- * na mesma UFMG, todos os filmes e programações culturais levadas a efeito pelos alunos são previamente censuradas pela Assessoria de Segurança Interna da Universidade;
- * em todas as Universidades Federais iniciaram-se esse ano as jubilações, sendo que em Pernambuco foram jubilados 250 até o momento, só no curso básico. É de se supor em breve a presença da medida na USP, onde já existem consultas nesse sentido;
- * em São Paulo, Diretórios Acadêmicos da PUC fechados- alguns foram fechados no início de 75 – deixando os alunos sem representação;
- * e agora, na nossa Universidade de São Paulo onde, de uns tempos pra cá, virou norma os funcionários das escolas arrancaram cartazes. Onde se ‘institucionalizou’ a proibição de shows musicais, feiras de livros, etc.
- * e para coroar esse esplêndido quadro, a tentativa de aplicação do 477 em colegas nossos, tentativa essa baseada exclusivamente em fatos apurados durante o Inquérito Militar, ao qual nossos colegas foram submetidos, e no qual foram absolvidos das acusações de subversão.⁵

Em meio a um amplo, e nem sempre consciente, conjunto de ações por parte dos diretórios e centros acadêmicos, pôde-se observar o estabelecimento de uma estratégia discursiva (Charaudeau e Maingueneau, 2008; Fairclough, 2016) na construção do texto informativo, em que o formato listado buscava atingir o leitor imaginado - em princípio, estudantes da educação superior, que constituíam, à época, parte da elite intelectual do país. A configuração dos itens comunicados dirige o leitor a cenários situados em instituições universitárias com diferentes localizações, atingidas por uma política repressiva comum. A intenção de informar apresenta-se conjugada a uma ação pedagógica, demonstrando que fatos que aparentemente parecem isolados, na verdade podem integrar uma ação estatal coordenada.

Em um outro episódio (também ocorrido na USP), foi elaborada uma carta aberta, direcionada ao então Ministro da Educação, Ney Braga, que denunciava as prisões arbitrárias do

⁵ Seção de Arquivo Permanente do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo ME-UFF. Caixa 03.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

presidente e de alguns membros da diretoria cultural do CA de Economia e Administração daquela universidade. O documento, escrito pelo CCA USP (Conselho de Centros Acadêmicos), era assinado por mais de 16 Centros Acadêmicos da Universidade de São Paulo e, além da denúncia em si, trazia um conjunto de críticas em relação ao comportamento violento, arbitrário e irracional das autoridades. Segundo a carta, datada de 15 de julho de 1974,

No dia 18 de junho, Ricardo Oscar Komori e Evandir Vaz de Lima, respectivamente Presidente e Diretor Cultural do Centro Acadêmico “Visconde de Cairu”, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, foram intimados a prestar esclarecimentos no Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo. Tendo se apresentado, foram detidos. No mesmo dia, foram detidos ainda Álvaro Antônio Zini Jr., Ronaldo de Almeida Lima e Gustavo Alberto Bussinger, participantes do Departamento Cultural do respectivo Centro Acadêmico, quando se dirigiam a seu departamento gráfico para impressão do Boletim Informativo de entidade representativa dos estudantes daquela escola. No dia seguinte, 19 de junho, foi detido o representante dos alunos da Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Armando Sérgio Frontini, até o presente momento sob responsabilidade do DOPS.

As acusações e denúncias que imputaram aos colegas presos de atentarem contra a Segurança Nacional, basearam-se na tentativa de caracterizar o trabalho representativo dos Centros Acadêmicos como subversivo. Estas acusações foram estendidas a todos os Centros Acadêmicos, direta ou indiretamente, quando caracterizaram o Boletim Informativo (de circulação interna) daquela entidade representativa como “panfleto subversivo”, dando assim a entender que toda a imprensa universitária enquadrar-se-ia como tal. Acusou-se ainda os colegas de pertencerem ao Comitê de Defesa dos Presos Políticos, Comitê esse que foi criado em Assembléia com a participação de dois mil estudantes, motivada pela prisão de colegas. O comitê se propunha a auxiliar financeira e juridicamente os presos políticos a manter o debate sobre o significado de tais prisões e estava aberto a todos os setores da população, tanto que contou com a presença de elementos do MDB, OAB e Igreja em suas reuniões. Os colegas Ronaldo de Almeida Lima e Gustavo Alberto Abussinger já estão em liberdade desde o dia 26 de junho.⁶

O ato de dirigir-se ao Ministro da Educação pode ser tomado como um indício de um traço geracional. Considerando-se o pequeno percentual de jovens que alcançavam o ingresso ao ensino superior, é possível depreender que o pertencimento a um segmento privilegiado compusesse o *ethos* dessa parcela da juventude. Mesmo sob intensa repressão, posicionavam-se como cidadãos diante do agente do Estado.

⁶ Seção de Arquivo Permanente do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo ME-UFF. Caixa 02.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 199-221, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263817>

Como mais uma evidência de que o contato entre os DCEs, tinha, como um dos seus propósitos, a defesa dos movimentos estudantis a partir das comunicações em relação ao que estava acontecendo nos *campi*, foi encontrada, entre os documentos do DCE da UFF, uma lista, produzida e assinada pelo DCE da Universidade Federal de Minas Gerais, contendo os nomes de 30 alunos da Universidade de São Paulo (USP), indicando seus respectivos cursos, que haviam sido detidos, segundo o documento, desde 17 de março de 1973. A relação trazia, ainda, a condição atualizada de cada um deles, ou seja, se se encontrava morto, preso ou solto, que, na ocasião, eram de: 07 liberados, 22 ainda detidos e um falecido.

O documento vinha acompanhado, além da relação de alunos, de um texto denunciando aquilo que aparecia denominado como “clima sufocante de insegurança”, referindo-se ao conjunto de consequências advindas das políticas de repressão adotadas pelos órgãos de segurança da ditadura, não se limitando inclusive, a falar apenas do que acontecia na faculdade mineira, mas, também, de universidades do Rio e de São Paulo, incluindo a UFF.

Esses acontecimentos vêm criando um clima sufocante de insegurança para todos nós, estudantes. Clima este que compromete nossa vida universitária, nossa possibilidade de produção, de criação, de aprendizado, prejudicando também nossa formação profissional que por si só já é bastante deficiente, pelos inúmeros problemas (verbas, professores, instalações, material didático) que temos em nossa vida escolar.

Este clima se expressa através das normas tais como a Portaria que impõe censura prévia às atividades estudantis, o 477, a seleção ideológica de novos professores e currículos, a criação de assessorias militares, e outras medidas que tentam consolidar a Reforma Universitária; o ensino pago, o ciclo básico, o sistema de créditos.

Exemplos de que esta situação opressiva não se limita à USP são a invasão e o fechamento dos Diretórios Acadêmicos e DCE, pela polícia especial, da UFF, interferências na UFMG, UFRJ, PUCSP e PUCRJ, assim como prisões e invasões em todas as Universidades e escolas do país.

A repressão que se abate sobre nós, na Universidade, é uma constante que atinge a todos os setores sociais. A propaganda que procura acobertar e mistificar a intensificação do regime de exceção em que vivemos, não é suficiente para vendear nossos olhos a tudo o que acontece à nossa volta.

Nossos colegas que foram presos são estudantes que, através de sua participação nos Centrinhos e em nossas atividades estudantis, partilham conosco a necessidade de fazer renascer o debate, a produção científica, crítica, a liberdade de pensar e exprimir nossas posições, através da criação em todos os níveis da vida universitária.⁷

⁷ Seção de Arquivo Permanente do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo ME-UFF. Caixa 02.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Em outra demonstração da existência de uma rede de apoio e solidariedade, ocorrida entre DCEs de regiões ou Estados diferentes, apresentou-se uma carta que, enviada ao DCE da UFF, foi escrita e distribuída por alunos do Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mas que, na verdade, era em defesa de alunos e trabalhadores paulistas.

Produzido em maio de 1977, o documento, direcionado à população, denunciava a prisão de oito pessoas, dentre elas, alunos da USP e da PUC/SP, que, por ocasião das comemorações do dia 1º de maio, distribuía convites ao lado de alguns sindicalistas. A carta ainda trazia a visão e reação dos outros estudantes diante do ocorrido. Considerando mais um exemplo de arbitrariedade, os alunos questionavam:

E por que foram presos? Porque estavam denunciando as péssimas condições de vida e trabalho a que é submetida hoje a maioria da população brasileira; porque denunciavam a falta de liberdade de se reunir, de se expressar, de se organizar, de se manifestar; porque denunciavam a exploração e a repressão. E o faziam justamente no dia 1º de maio – dia consagrado internacionalmente aos trabalhadores.

Por essa razão eles foram presos e tachados de subversivos. “Subversivo”, no Brasil de hoje, é todo aquele que luta por seus direitos, espezinhados e humilhados. “Subversivos” são os estudantes que lutam por melhores condições de ensino e contra o autoritarismo dentro da Universidade. “Subversivos” são os trabalhadores que lutam contra a superexploração econômica, pelo fim do arrocho salarial, pelo direito de greve, por sindicatos livres. “Subversivo” enfim, é todo o povo brasileiro que luta por melhores condições de vida e por sua liberdade.

No entanto, esse ato repressivo não ficou sem resposta: em São Paulo, os universitários entraram em greve e saíram às ruas juntando-se a outros setores populares na luta pela libertação dos companheiros presos. Também em outros estados estudantes se manifestaram de diversas formas contra mais arbitrariedades do regime. Todas essas recentes manifestações, ao contrário das acusações de várias autoridades, que procuram caracterizá-las como agitações de minorias, mostram que o repúdio às prisões políticas e à violação dos direitos humanos conta com ampla participação de estudantes e diversos setores da sociedade.⁸

Outro caso bastante emblemático de violência contra estudantes e de solidariedade entre DCEs, no período da ditadura, ocorreu quando, em maio de 1973, o presidente do Grêmio Politécnico da Universidade de São Paulo (que reunia várias faculdades de Engenharia), foi preso, gerando inúmeras manifestações por parte de diversos DCEs, em resposta ao ocorrido. A primeira

⁸ Seção de Arquivo Permanente do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo ME-UFF. Caixa 26.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

reação em apoio ao estudante veio do próprio Diretório do Grêmio Politécnico. Em “carta aberta aos estudantes, professores, funcionários e população em geral”, o grêmio, que contava até com um departamento oficial de imprensa, em formato de boletim informativo, denunciava que:

(...) na 3ª feira, 16 de maio, às 5 horas da manhã, o presidente deste Grêmio, Antonio Carlos Fernandes, foi preso em sua casa por agentes da Operação Bandeirantes – OBAN⁹, a pretexto de serem feitas averiguações. Não havia ordem de prisão, nem foram esclarecidas quais seriam as averiguações. Seu pai foi impedido de acompanhá-lo.

Esta prisão injustificada e arbitrária, constitui uma clara violação de direitos democráticos, sendo contrária a procedimentos elementares do Direito Internacional, inclusive a Declaração Universal dos Direitos do Homem, ratificada pelo Brasil e, ao que se sabe, ainda não rejeitada oficialmente por nenhum de nossos governos.

O colega preso é presidente de uma entidade legal, reconhecida e representativa dos alunos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, tendo sido eleito segundo um programa que se propõe a encaminhar e dar resposta aos problemas de adequar a Escola à criação de uma cultura e tecnologia voltadas às necessidades da sociedade.

Podemos incluir essa prisão num amplo processo de intimidação dos estudantes que cada vez menos têm tranquilidade necessária para desempenhar de forma crítica e criadora todas as suas atividades fundamentais para sua vivência universitária e para o desenvolvimento real de nosso país e de nosso povo.¹⁰

Contando com grande repercussão, esse episódio gerou uma série de reações, e dentre elas, uma bastante significativa por parte de alunos e do DCE da PUC/RJ. A constatação do impacto que a prisão do presidente estudantil paulista teve nos estudantes cariocas ficou a cargo, também, da reação que a própria Reitoria da Universidade teve frente às inúmeras manifestações estudantis (como assembleias, cartazes e paralisações), que foram feitas em solidariedade e apoio ao estudante da USP. Foi imposta uma série de censuras, tanto aos estudantes, quanto ao próprio DCE.

A partir de uma circular, e dirigindo-se “aos diretórios e aos alunos da PUC” o reitor afirmava que:

⁹ "A Operação Bandeirantes, ou simplesmente OBAN, foi uma organização criada em 1969, pelo regime militar do Brasil. Seu objetivo era investigar e desarticular facções revolucionárias comunistas que subsistiam à época no país. Essa organização também contou com setores da sociedade civil, sobretudo empresários ligados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). De mera organização com finalidade contrarrevolucionária, a OBAN tornou-se um centro irradiador de arbitrariedades e violação dos direitos fundamentais." Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/nasce-a-oban-braco-da-tortura-em-sp> Acessado em 01/06/2023

¹⁰ Seção de Arquivo Permanente do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo ME-UFF. Caixa 06.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

Para evitar imprevistos desagradáveis com graves consequências para toda a Comunidade Universitária, comunico que, enquanto perdurar o atual clima emocional, ficam suspensas todas e quaisquer assembleias, reuniões ou concentrações de alunos e proibida a afixação de cartazes alusivos aos mesmos, a não ser que tenham finalidades estritamente acadêmicas ou culturais, autorizadas pela Reitoria mediante solicitação escrita.

Será nomeada uma Comissão de Professores, que deve inquirir sobre o que houve na concentração dos alunos na manhã do dia 15 nos Pilotis do Edifício de Amizade. Comunico outrossim que esta Reitoria está ciente e torce para que a situação do Presidente do Grêmio Politécnico da Universidade de São Paulo seja resolvida o quanto antes.¹¹

Observa-se, nesses textos, a ação determinada desse segmento organizado dos estudantes universitários no sentido de preservar, não somente o direito de manifestação de suas opiniões e posições, mas, também, a vida desse segmento politizado da juventude, por meio da rede de solidariedade.

4. Um fórum de críticas ao regime

Em segundo lugar, aparecem as comunicações relacionadas às críticas ao golpe de 1964 e o regime ditatorial brasileiro. Tal fato não gera nenhuma surpresa, se forem considerados os incalculáveis prejuízos sofridos e observados pelos movimentos estudantis Brasil afora. Eram ações já esperadas frente à natureza crítica e intelectual dos grupos atingidos. Comunicações desse tipo foram comuns e constantes, praticamente, ao longo de todo o período analisado e, também, produzidas pelos DCEs de todos os estados.

Em abril de 1975, foi publicado e distribuído no campus da Universidade Nacional de Brasília (UnB) – Distrito Federal, o “7º Boletim Informativo do Conselho Provisório de Representantes” que, na forma de um pequeno jornal, tinha, como principal foco de suas análises, as ações autoritárias da ditadura militar. Em clima de esperança, o boletim nessa edição, comemorava o retorno, às Universidades, do direito à formação de assembleias estudantis, assim como a volta de eleições para os representantes discentes. Segundo eles, tratava-se do resultado de uma luta travada, não apenas em Brasília, mas, sim, em diversas universidades brasileiras. Tal

¹¹ Idem.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

comemoração vinha acompanhada também de críticas ao momento político pelo qual o Brasil passava naquele momento. Segundo o documento, esses acontecimentos,

Significam o progresso dos alunos da UNB, parte da disposição que mostrou a população nas eleições de 15 de novembro. Disposição esta que deu nova força e decisão a importantes setores da nossa sociedade, o que os levou a se posicionarem pelos seus direitos. PELAS LIBERDADES E INDEPENDÊNCIA DE SEUS ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS, CONTRA AS LEIS QUE IMPEDEM A PARTICIPAÇÃO SEGURA NOS ORGANISMOS DE REPRESENTAÇÃO. Parte disso são as faixas contra o 477 na PUC de SP com seus manifestos ao ministro da educação exigindo a REPRESENTATIVIDADE E REABERTURA DOS DIRETÓRIOS CENTRAIS DOS ESTUDANTES. É também parte disto a DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS que se aprofunda com uma maior intervenção dos setores do clero, das donas de casa e de parte do MDB. Nos jornais voltam a aparecer as notícias de greve de motoristas em Salvador, de operários em SP que lutam por condições de vida mais humanas e justas. Artistas se posicionaram contra a censura que cerceia e limita nossas melhores criações artísticas. É toda uma situação de maior INTERVENÇÃO, DISCUSSÃO, QUE SE GENERALIZA, POR TODO O PAÍS e a UNB como parte desse todo. É toda uma disposição e alento de progresso que atinge também ao estudante e que se expressa não muito imediatamente pela deficiência de nossos organismos representativos. Significa então a necessidade de MAIOR ORGANIZAÇÃO, LIBERDADE e meios de DISCUSSÃO e de REUNIÃO. Necessidade de RETORNARMOS, PELA DEFESA DE NOSSAS VIDAS e nossos meios reais de participação.¹²

Também em 1975, vários diretórios acadêmicos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) produziram um documento contendo inúmeras críticas e reivindicações que buscavam, dentre outras coisas, a criação de um DCE – fato que, segundo os próprios estudantes, impedia a construção de uma unidade mais forte e representativa em torno de suas lutas e demandas. De acordo com a nota,

Os estudantes não aceitam e nem sequer participam das atividades extracurriculares. Não há ideias comuns entre os próprios DAs que muito raramente conseguem fazer um trabalho em conjunto, o que reflete o nível de alienação que o sistema vigente impõe à classe universitária. Não temos um Diretório Central de Estudantes, e as perspectivas neste sentido não são das melhores. Isto porque os próprios universitários se recusam, se omitem e nem se mostram motivados para debater sobre o assunto. Os DAs em decorrência da falta de estrutura satisfatória, são vistos pela própria comunidade estudantil como uma atividade revestida de conotações subversivas. Dessa forma, as poucas promoções que são realizadas não recebem qualquer tipo de apoio.¹³

¹² Seção de Arquivo Permanente do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo ME-UFF. Caixa 16.

¹³ Seção de Arquivo Permanente do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo ME-UFF. Caixa 16.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

A continuação do documento vinha acompanhada de inúmeras críticas, agora direcionadas à Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da UFES que, por conta de toda a censura (desinformada) lançada sobre os estudantes, gerava diversas dificuldades para o movimento estudantil na medida em que tinham grande parte de seus mecanismos de comunicação proibidos ou simplesmente alienados. A fim de exemplificar tais práticas, o texto expõe que:

(...) O próprio setor de Segurança e Informações da Universidade faz com que isto aconteça, Exemplo disto, e dos mais contundentes, foi a proibição do filme “O Caso dos Irmãos Naves” (no Cine-Clube Universitário), que, além de possuir certificado da Censura Nacional, já foi, inclusive, exibido pela Rede Globo de Televisão.

Outro fator que merece ser por nós enfatizado, como uma ação repressiva às nossas atuações como representantes estudantis, refere-se aos problemas criados pela Assessoria de Segurança da Universidade, após termos promovido, no início do mês de março, uma palestra sobre “Jornalismo Policial”, com o jornalista carioca José Loureiro, ocasião em que fomos acusados de ter promovido uma palestra sobre o “o racismo nas Forças Armadas”.

Diante desses fatos, colocamo-nos ao lado dos demais universitários brasileiros, ao mesmo tempo em que passamos a exigir melhores condições, no que tange à liberdade de organização e expressão, a fim de que possamos desempenhar com autonomia a representação dentro da comunidade estudantil.¹⁴

O texto termina chamando a atenção para a importância da união dos movimentos estudantis brasileiros, evidenciando, mais uma vez, uma preocupação comum e constante desse grupo, assim como a importância dessas comunicações para o seu próprio fortalecimento.

No segundo semestre de 1976, o Movimento Estudantil de Santa Catarina, representado pelo DCE da UFSC, escreveu um documento que, além de narrar um fato ocorrido nas dependências da Universidade, criticava as políticas de repressão e de privatização do ensino praticadas pelo governo, enunciando inúmeras reivindicações.

Aproveitando um evento que reunia uma quantidade bastante significativa de estudantes, nas inúmeras assembleias que foram formadas - e que contaram com a participação de mais de 2.500 alunos, o DCE afirmou que os seus principais objetivos naquele momento consistiam em: “demonstrar nosso total repúdio com o momento político brasileiro”, e “solidarizar-se com as lutas levadas por nossos colegas de outras partes do país, contra a tentativa de privatização do ensino e falta de liberdade de organização e expressão”.¹⁵

¹⁴ Idem.

¹⁵ Seção de Arquivo Permanente do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo ME-UFF. Caixa 16.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

O intuito de tamanha mobilização era o de protestar e de impedir a política de aumento de preços das matrículas e mensalidades que havia sido aprovada na UFSC, naquele momento. Com quase todas as reivindicações atendidas pela Reitoria, o documento mostrava ainda o passo-a-passo de como o DCE havia se portado, e que poderia servir de exemplo para outros movimentos estudantis. De acordo com os participantes, decidiu-se:

- primeiramente a confecção de um boletim informativo sobre a situação, para os estudantes não presentes nas assembleias.
- a aprovação de uma carta aberta à população denunciando a tentativa de implantação do ensino pago na UFSC
- a organização de uma manifestação ordeira e pacífica frente à Reitoria, quando os representantes entregariam ao reitor nossas reivindicações. Lembramos que a comissão mista (estudantes e representantes de entidades) tirada em Assembleia Geral, chegando inclusive a fazer ameaças a membros desta comissão. Esta mobilização representou um avanço do Movimento Estudantil, pois, conseguimos que a maior parte de nossas reivindicações fossem atendidas.¹⁶

Além de fazer graves denúncias acerca de inúmeras prisões ilegais envolvendo alunos e professores da Universidade, o texto não abriu mão de fazer pesadas críticas em relação ao momento político pelo qual os estudantes estavam passando. Segundo eles,

Sofremos atualmente medidas repressivas que têm por objetivo impedir a conscientização da classe estudantil e sua organização. Nossos cartazes de convocação e até mesmo de anúncio de nossas atividades culturais, são arrancados constantemente ou proibidos de serem colocados em certos locais, como restaurante universitário, a não ser que sejam “devidamente” autorizadas sua colocação pela sub-reitoria de Assistência e Orientação ao Estudante, com o carimbo e a assinatura do reitor.

Como demonstração do nível de repressão na UFSC, sofremos a ameaça de imposição de um Regimento Disciplinar elaborado pelo sub-reitor da AOE, como um adendo ao 477, considerado muito “ameno”. Este regimento dará poderes aos diretores das unidades de Ensino e Pesquisa, de suspender os estudantes caso achem conveniente. O mesmo delega poderes para expulsar estudantes.¹⁷

Uma das formas perigosas de se fazer críticas ao regime militar, principalmente nos primeiros anos da década de 1970 – período considerado mais violento da ditadura – era trazer para a universidade figuras consideradas inimigas do regime - ou por questões ideológicas, ou por ações julgadas como subversivas. Neste sentido, aconteceu em 1974, na UFRGS, uma palestra do famoso

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que, naquele momento, encontrava-se oficialmente proibido de lecionar em universidades brasileiras. O evento, que havia sido organizado pelo DCE da Universidade, contou com a presença de centenas de estudantes, e teve grande repercussão entre os movimentos estudantis Brasil afora, prova disso é o fato de a palestra ter sido transcrita e enviada para inúmeros Diretórios estudantis.

Marcada por análises e conteúdos complexos, e lançando mão de inúmeros conceitos e autores clássicos, tanto da Filosofia Política quanto da Economia, a palestra fez uma densa e contundente crítica ao regime militar. Como pesquisador e professor de institutos, comissões e universidades latino-americanas – que se voltavam para estudos econômicos e desenvolvimentistas para essa parte do continente americano –, as análises do palestrante partiam de uma perspectiva histórica, em que os processos de desenvolvimento dos próprios capitalismo europeu e norte-americano deveriam servir de pano de fundo para explicar, por sua vez, o subdesenvolvimento de países latino-americanos como o Brasil. Somando-se a essa visão, Fernando Henrique ainda fez inúmeras críticas aos muitos governos militares locais que, com o apoio e financiamento norte-americanos, embarcaram em aventuras golpistas, instaurando ditaduras e agravando, ainda mais, o processo de desenvolvimento independente dessas nações.

A articulação das entidades estudantis com intelectuais que, naquele momento, representavam a crítica mais contundente e sofisticada ao regime é aqui tomada como um indicador significativo da expressão que assumia a rede montada para resistência ao regime repressor.

5. Debatendo a reforma universitária

Na terceira posição, ficaram em destaque as reações relacionadas à Reforma Universitária pelas quais todas as instituições de ensino superior do país tiveram que passar, a partir do final da década de 1960. Tratou-se de um tema de grande relevância para o ME brasileiro, uma vez que as estruturas (produtivas, ideológicas e administrativas) dessas universidades se viram completamente modificadas. A partir do modelo norte-americano, as instituições acadêmicas brasileiras deveriam adotar um conjunto de transformações que visassem mais a produtividade e a eficiência, e menos formações crítico-transformadoras. Tais objetivos eram sustentados por um conjunto de medidas repressivas que buscavam, sobretudo, silenciar o ME, grupo que representava a maior oposição às



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 199-221, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263817>

reformas. As reformas vieram, mas não sozinhas. Ao lado delas, uma enxurrada de críticas, análises e resistências por parte dos DCEs brasileiros. A Rede, mais uma vez, se fazia presente e necessária.

Em agosto de 1975, o jornal acadêmico “Universitário”, do DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul publicava (em sua segunda edição) inúmeras críticas à maneira como a Reforma se dava chamando a atenção dos outros DCEs para equívocos de ordem curricular e técnica, revelando como a implementação do modelo americano tornava-se inviável por desprezar as características próprias do sistema educacional de origem. Ao tratar da Reforma, o periódico afirmava que:

Em junho de 1975 a UFRGS toma conhecimento das resoluções 30/74 e 31/75 do Conselho Federal de Educação. O CFE prevê um curso de licenciatura em ciências, que unifica os cursos de licenciatura em Física, Química, Matemática e Biologia. Para implantar este curso, a reitoria nomeou um Grupo-Tarefa que deve elaborar um currículo para o mesmo.

No Parecer 1687/74 (Indicação 46/74) do CFE, o conselheiro Valnir Chagas escreve que o curso deverá ter “um núcleo comum suficiente ao preparo do professor polivalente que lecionará “ciências” como área de estudo no ensino de primeiro grau” e que “será necessário que se cubra os grandes campos de Matemática, Física, Química, Geologia e Biologia.”

A Reforma no ensino do 1º e 2º grau tenta obrigar a universidade brasileira a adaptar os seus cursos de licenciatura ao novo ensino básico. Deve-se ter em mente que a Reforma, além de reduzir a duração do 1º e 2º grau cria as “terminalidades” profissionalizantes, que em geral não podem ser atingidas devido à falta de verbas na maioria das escolas. Em resumo, a reforma brasileira do ensino é uma cópia fiel do sistema americano, implantado em condições financeiras brasileiras, e não americanas.

Em seguida, o CFE emite as resoluções 30/4 e 37/75. A primeira estabelece currículo e estrutura do curso de licenciatura em Ciências: Um núcleo comum, básico, para formar professores.

De 1º grau, em dois ou quatro anos e uma parte diversificada, como habilitação em uma das áreas com mais um a três anos. De acordo com a lei 5692 o novo curso também deverá ter 1/8 de sua duração ocupado por disciplinas pedagógicas. No artigo 11, da mesma, diz: “Os mínimos fixados na presente resolução serão obrigatórios a partir de 1975”.

Na segunda, 37/75, lê-se no artigo 1º: “O Curso de Licenciatura em Ciências, a que se refere a resolução 30/74, será implantado progressivamente e, a partir do ano letivo de 1978, tornar-se-á obrigatória como licenciatura única na área científica”.

O Professor, formado por esta mescla de cursos, torna-se um “especialista em generalidades” de nível técnico. Ciências foi provido, Grupo-Tarefa, com 4 semestres incluindo: o ciclo básico atual, disciplinas pedagógicas e uma mescla dos 4 cursos atuais. O “necessário” para um professor de 1º grau? Física I-A até IV-A, Cálculo I e II. No 1º grau são dadas noções de cálculo diferencial e física no nível citado? E biologia? Cria-se Biologias Gerais (e superficiais). Zoologia Geral e



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 199-221, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263817>

Sistemática: ambas com 2 semestres. Ecologia Geral, perde a aula prática, por não ser possível dá-la para 300 alunos.¹⁸

Também no ano de 1975, aconteceu na USP, o “II Seminário Nacional dos Estudantes de Engenharia”, organizado pelo Grêmio Politécnico da Universidade. Aproveitando o evento, o DCE da Universidade de São Paulo publicou (e distribuiu) um amplo estudo de como se encontrava aquela instituição de ensino superior, seis anos após o início das mudanças provocadas pela implementação da Reforma do Ensino Superior promovida pelo Governo Militar.

A fim de mostrar como grande parte dos estudantes se viu prejudicada pela Reforma, o texto abordava o conjunto de mobilizações consequentes desse processo forçado e “desorganizado” de implementação. Em relação a isso, o texto afirmava que:

Ainda no final do semestre tenta-se, na universidade, através de uma série de medidas burocráticas, dar continuidade à implantação da Reforma Universitária. Contra essas medidas houve uma série de mobilizações por parte de nós estudantes, não só pelo caráter repressivo das mesmas, como também, pela compreensão cada vez melhor de que elas não solucionarão os problemas do nosso ensino na medida que não visam as origens das deficiências do ensino, mas apenas os seus efeitos.

Todas essas mobilizações tiveram um saldo positivo, pois, além de barrarem algumas medidas, conseguiram levar a discussão sobre as questões da universidade a um número maior de pessoas e, da sua melhor compreensão, resultou nosso posicionamento mais firme.

Ao longo de todos esses acontecimentos percebemos a necessidade de buscar um maior entendimento sobre a situação do ensino como um todo. Com essa perspectiva nossa tese aborda, num primeiro nível, as questões mais gerais que envolvem as metas do ensino superior hoje. Num segundo nível, coloca alguns de nossos problemas mais concretos, tais como: portarias, jubilação, moradia universitária, etc.¹⁹

Em um outro momento da análise, faz-se uma forte crítica em relação ao paradoxo formado entre a modernização administrativa trazida pela Reforma (que aumentaria significativamente a eficiência e produtividade acadêmicas, diminuindo os gastos públicos) e a drástica diminuição das assistências aos estudantes, junto com os naturais efeitos adversos que toda transformação dessa magnitude tenderia a provocar. Segundo o documento,

Dentro desse quadro implanta-se a Reforma Universitária que traz em si uma série de modificações, tais como a departamentalização, a instituição do curso básico, a matrícula por disciplina, e uma série de outras medidas com a finalidade de

¹⁸ Seção de Arquivo Permanente do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo ME-UFF. Caixa 19.

¹⁹ Seção de Arquivo Permanente do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo ME-UFF. Caixa 06.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

diminuir os gastos governamentais com a Educação e a adequação ao modelo de desenvolvimento. Todas essas mudanças não ocorrem sem um questionamento incisivo por parte dos estudantes e a própria Reforma Universitária é combatida. Assim, para que possa haver as modificações propostas pelo MEC, passam a vigorar uma série de medidas coercitivas, como o 477, o fechamento de entidades estudantis e o próprio tolhimento do debate.

Desta maneira, se verificarmos a situação da universidade hoje, vemos a assistência ao estudante praticamente inexistente, as casas dos estudantes fechadas, as refeições universitárias a preços elevados, a precarização das instalações das escolas, a jubilação, o Ensino Pago, os pré-requisitos, os critérios de avaliação, os métodos de aula, os currículos e os outros problemas.²⁰

Antes mesmo de ocorrerem as concretizações das principais mudanças provocadas pela Reforma Universitária, alguns movimentos estudantis – a partir do amplo debate público que se estabeleceu em torno desse assunto – já demonstravam preocupações acerca da realização desse processo em meio a uma ditadura, antevendo o quão sofrível seria para os estudantes, uma vez que a censura, a violência e o autoritarismo tinham se tornado as digitais do próprio regime. Neste sentido, o DCE da UnB, em junho de 1971, em meio ao “Encontro Nacional de Estudantes de Filosofia”, publicava um pequeno manifesto, demonstrando exatamente essas preocupações, ou seja, o medo de terem suas liberdades e autonomias ainda mais diminuídas, quando não eliminadas frente a uma universidade que se subalternizava, cada vez mais, aos interesses dos grupos hegemônicos (políticos e econômicos). Ao tratar desse assunto, o texto alertava que:

Pelas ilusões que vem criando na mente do menos prevenido, torna-se urgente certos esclarecimentos sobre a dita Universidade, a fim de que o estudante brasileiro se mantenha firme na luta pela verdadeira Reforma Universitária e não se engane com as manobras das classes dominantes.

Não se pode negar que a Universidade de Brasília apresente sobre muitos aspectos uma conquista. Entre eles, devem ser citados alguns pontos que foram alvo de apoio dos estudantes brasileiros nos 3 Seminários de Reforma Universitária – realizados pela UNES.

-foi criada a Universidade de Brasília, num todo planejado orgânico, e não apenas um aglomerado de Faculdades desligadas.

- foram criados Institutos, também reivindicados pelos estudantes.

- foi criada a Cidade Universitária, com tempo integral e sistema de bolsas

- foi eliminada a cátedra vitalícia.

- foi estabelecido o regime didático parcelado, que permite maior flexibilidade e aproveitamento.

No entanto, por baixo desse “rótulo” novo, devemos saber enxergar o que realmente nos interessa, isto é, no fim a quem serve a Universidade de Brasília.²¹

²⁰ Idem.

²¹ Seção de Arquivo Permanente do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo ME-UFF. Caixa 22.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Entretanto, ao fazer um balanço acerca das mudanças pragmáticas implementadas compulsoriamente pela Reforma Universitária, o manifesto afirmava que:

A Universidade de Brasília, como parte integrante da superestrutura capitalista, continua a serviço dos mesmos objetivos que antigamente.

O que se fez foi apenas uma reestruturação na forma, permanecendo o conteúdo essencialmente o mesmo. E com essa reestruturação, buscam atingir as classes dominantes em dois objetivos: surgirem como realizadores da Reforma Universitária, enganando aos estudantes e ao povo; e conseguirem formas mais eficientes de nos impor sua ideologia e manter o status.

A Universidade de Brasília continua fechada para o povo.

A Universidade de Brasília continua nos fornecendo (e de um modo mais eficiente) quadros intelectuais afastados da realidade nacional.

A Universidade de Brasília continua sendo cópia de universidades estrangeiras, mudando-se apenas o modelo.

Todas as vantagens da Universidade de Brasília se tornam ilusórias, porque serão usadas apenas para que as classes dominantes consigam com mais eficiência seus objetivos contra o povo.

A base da Reforma, como das demais reformas, a condição sem a qual qualquer reforma se transforma em demagogia, é a democratização, é a participação do povo no poder.

Nos Estatutos da Universidade de Brasília não está previsto nada nesse sentido. Pelo contrário: lá sequer se fala em Diretórios Acadêmicos, ou outras entidades estudantis. Essa grande conquista do estudante brasileiro, que são seus órgãos de luta, é simplesmente varrida da Universidade de Brasília.

A sua estrutura é uma transplantação cega da Foundation “norte-americana”, que serve muito bem aos interesses dos grandes monopólios. Por ser tão eficiente é que foi transplantado ao Brasil pela burguesia capitalista, que busca novos métodos de dominar o povo.²²

O engajamento na discussão sobre a reforma universitária integrou, portanto, uma das frentes de resistência ao conjunto de medidas que alteravam o conjunto de relações na sociedade brasileira. Também aqui é perceptível a constituição da rede por meio da circulação das notícias, informativos e textos propulsores da edificação de argumentos em circulação.

6. Considerações finais

Fazendo parte de uma quantidade ainda muito pequena em relação a todo o acervo hoje disponível, os documentos citados colaboram de forma bastante significativa para a pesquisa

²² Idem.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 199-221, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263817>

histórica acerca do período do regime militar brasileiro, na medida em que, além de exemplificar, eles evidenciam a existência e dão materialidade à uma grande rede de comunicação, resistência e proteção que de fato havia entre muitos dos diversos DCEs brasileiros naquele período. No entanto, vale ressaltar, que diversas outras críticas e denúncias também fizeram parte do escopo de informações que circulavam. Em menor quantidade, mas de igual importância, a pesquisa pôde destacar documentos que denunciavam e apontavam: as medidas oriundas do decreto 477, a situação econômica brasileira, as diversas manifestações em apoio ao movimento da anistia, as manifestações pró-reconstrução da UNE, as proibições de manifestações estudantis e o problema do ensino pago nas universidades públicas.

Cabe uma observação sobre o caráter dessa documentação enquanto parte da imprensa estudantil. A imprensa em geral desempenhou um papel político relevante, a partir do momento em que os impressos adquiriram formatos voltados à maior circulação. Nos regimes autoritários, os órgãos da imprensa comercializada adotaram posturas políticas que, por vezes, associavam interesses econômicos e adesão ideológica. Nas experiências brasileiras, tanto no Estado Novo, quanto na ditadura militar, observa-se o uso do espaço de periódicos para a propaganda, mas a emergência de alternativas de resistência também se impôs. A censura tornou-se uma prática institucionalizada que permeou a produção e circulação de impressos.

Portanto, ao tomar os impressos estudantis como fonte (De Luca, 2011, p. 128-130), devemos levar em conta as condições de sua produção e circulação. A preservação desse rico material, no acervo de um Diretório Central de Estudantes, guarda em si o sentido de resistência e a potência dessa rede que desempenhou papel tão importante na luta contra a opressão ditatorial. Para além disso, expressam a qualificação intelectual de uma geração que encontrou no texto escrito, tanto os recursos formativos de um pensamento crítico e oposto ao conformismo, quanto as ferramentas de montagem da associação com vistas à superação do quadro político e educacional.

Essas constatações nos permitem concluir que as atividades que caracterizaram essa rede de movimentos estudantis universitários – que, a princípio, foram interpretadas como sendo algo voltado apenas para a comunicação entre os DCEs – possuíam, na realidade, intenções que iam muito além do simples ato de informar. O verdadeiro propósito, como já vimos, era o de buscar, acima de tudo, a proteção mútua dessas entidades e uma resistência coordenada em relação ao



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 199-221, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263817>

regime ditatorial. O movimento articulava-se a partir do compartilhamento dessas informações e experiências, na tentativa de promover uma unidade cada vez maior em torno da luta política.

Referências

Cunha, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2ª ed., São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

Charaudeau, Patrick, Maingueneau, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

De Luca, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3ª ed., São Paulo: Contexto, 2011, p. 111-153.

Fairclough, Norman. **Discurso de mudança social**. 2ª ed. Brasília: Editora da UnB, 2016 (1ª edição: 1992).

Gramsci, Antonio. **Cadernos do cárcere**, v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Motta, Rodrigo P. Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Sanfelice, José Luís. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.

Teles, Janaina de Almeida. Eliminar “sem deixar vestígios”: a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil. **Revista M.**, Rio de Janeiro, UNIRIO, v. 5, n. 10, p. 265-297, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://seer.unirio.br/revistam/article/view/10026/pdf>. Acesso em: 25-06-2024.

Recebido em julho de 2024.

Aprovado em setembro de 2024.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 199-221, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263817>